

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.294

Lorran Lima¹
Mestre em Antropologia Social - UFRN
lorran.lima@hotmail.com

Lilia Schwarcz é doutora em antropologia e professora titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Seu último livro foi lançado em 2019 “Sobre o autoritarismo brasileiro” pela editora companhia das letras. Nesta obra, Lilia Schwarcz propõe o exercício de “lembrar” a história social e política do Brasil “essa é a melhor maneira de repensar o presente e não 'esquecer' de projetar o futuro” (p.20).

O livro apresenta uma coletânea de debates estruturados em diferentes capítulos proporcionando o conhecimento sobre o passado e a atual conjuntura social e política do Brasil, capítulos com temas distintos, mas que de forma pedagógica discursam sobre assuntos essenciais para compreensão de inúmeros debates que caminham pela política brasileira. Um texto longo, porém, com uma escrita leve e didática que possibilita uma leitura fluida para o público em geral. Uma linguagem acessível para tratar de assuntos que pesam como problemas seculares que o Brasil carrega desde seu período colonial.

No primeiro capítulo, *Escravidão e racismo*, Lilia Schwarcz apresenta dados e explica que a escravidão no Brasil não fomentou apenas um sistema econômico, mas moldou condutas e definiu desigualdades sociais. Entendendo que “enquanto persistir o racismo, não poderemos falar de uma democracia consolidada” (p. 39). A autora considera o passado nacional como um fantasma histórico e o atual movimento político conservador como uma peça na desvalorização de pautas e lutas em prol de uma sociedade democrática.

No segundo capítulo, *Mandonismo*, o leitor é apresentado ao debate que explica traços do mandonismo patriarcal da colônia à república. Desde a lealdade aos senhores até a corrupção como “curral eleitoral” e “voto de cabresto” momentos em que o sistema coronelista estruturou-se como dominante na época. Lilia Schwarcz afirma que a política brasileira herdou o mandonismo do passado. E hoje, essa linguagem, é compartilhada e perpetuada por mídias digitais e ação segregacionista.

O terceiro capítulo apresenta a discussão sobre *Patrimonialismo*. A autora defende que “o certo é que persistirá no Brasil um sério déficit republicano enquanto práticas patrimoniais e clientelistas continuarem a imperar no interior do nosso sistema político e no coração de nossas instituições públicas” (p. 64). Movimento que torna a república frágil e vulnerável ao ataque das práticas patrimonialistas e de corrupção.

¹ Membro do Grupo de Estudos Sobre Culturas Populares – UFRN.

O patrimonialismo sempre esteve presente na história do Brasil criando uma relação viciada entre estruturas públicas e privadas. Fato que se apresenta hoje na política brasileira, como por exemplo, quando servidores públicos utilizam transportes do Estado para eventos pessoais; chefe do executivo ao indicar o próprio filho para ser embaixador; manipulação de leis para interesses pessoais. O que mostra a permanência da forma autoritária e personalista de lidar com a política.

No quarto capítulo, o leitor é apresentado ao debate sobre *Corrupção*, onde é possível observar que a corrupção já estava presente desde a administração colonial. Schwarcz explica que a distância da administração lusitana e a colônia ter sido observada como terra de oportunidades contribuiu para o desenvolvimento da corrupção.

Importante ressaltar que foi a estabilidade de um Estado democrático que possibilitou denúncias públicas de esquemas de corrupção. Porém, em governos autoritários a possibilidade de investigações é reduzida ou acobertada por seus próprios membros. Podemos observar a presença do mandonismo e patrimonialismo quando um governo tenta dificultar sistemas de investigações e ações democráticas. Assim como a tentativa de sobrepor-se ao poder legislativo, executivo e judiciário, tal como a tentativa de influenciar em sistemas de segurança como a Polícia Federal.

Nos próximos capítulos, Lilia Schwarcz apresenta dados atuais sobre violências em suas diferentes formas e espaços. Deixando evidente como as raízes históricas do autoritarismo brasileiro estruturaram diferentes formas de violências colocando como alvo diferentes grupos. Violências que ferem mais que o físico, mas demonstram como o Brasil está longe de ser uma nação democrática.

No quarto capítulo, *Desigualdade social*, o leitor tem a oportunidade de conhecer dados referentes à desigualdade no Brasil, como por exemplo, “Segundo relatório da Oxfam Brasil de 2018, se em 2016 ocupávamos a 10º posição no ranking global de desigualdade de renda, em 2017 passamos para o 9º lugar, com o problema se aguçando em vez de melhorar” (p. 126). A desigualdade se apresenta de diferentes formas: desigualdade de gênero, raça, geração, desigualdade regional, econômica e de renda. Dificultando o acesso da população à saúde, transporte, lazer, moradia e outros direitos básicos que deveriam ser assegurados.

Sexto capítulo, *Violência*, a autora apresenta informações preocupantes sobre a *Violência urbana e segurança* e *Violência no campo*. Demonstrando que a disputa pela posse de terras no campo é um dos maiores causadores de morte no Brasil, tendo como vítimas as populações indígenas. “Em razão do elevado número de mortes de índios, resultado de disputas históricas em todo o território, em 2016 a ONU emitiu um alerta para o governo brasileiro, o qual, no entanto, não surtiu grande efeito” (p. 170).

Raça e gênero é o título do sétimo capítulo. Lilia Schwarcz explana sobre os marcadores sociais da diferença, utilizando diferentes fontes para demonstrar as inúmeras formas de hierarquias e subordinações. Ao mostrar índices referentes às mulheres e a população negra, entende a intolerância racial como um dos principais fatores para a desigualdade no Brasil. Discorrendo também sobre *Violência e desigualdade de gênero e sexo*, onde mostra que “mulheres correspondem a 89% das vítimas de violência sexual no Brasil. Entre 2001 e 2011, 50 mil mulheres foram assassinadas, de acordo com dados do instituto de pesquisa econômica aplicada (Iepa)” (p. 184). Já o Mapa da violência de 2015 registrou que em 2013 a cada dia 15 mulheres morreram vítimas de feminicídio e que 30% das mortes foram cometidas pelos próprios maridos.

Outro marcador importante para questões de gênero na sociedade brasileira é a figura da mulher na vida política, nas eleições de 2018 tivemos 77 mulheres eleitas para 513 homens, equivalendo a apenas 15% das cadeiras, em um país onde 51,5 % da população é feminina. A autora leva o leitor a uma discussão sobre *Cultura do estupro* ao mostrar que 88% das vítimas de assédio são do sexo feminino, 70% são crianças ou adolescentes, 51% são de cor parda ou preta. 24% das notificações apontam como agressores o próprio pai ou padrasto.

A autora levanta dados sobre *Feminicídio* e a história da luta para criminalização da violência contra a mulher. Nesse mesmo capítulo, Lilia Schwarcz divaga sobre: *Pessoas lgbttq alvos diretos da política autoritária*, ao apresentar dados sobre violência cometida contra a comunidade LGBTQ, como por exemplo, o registro de 445 mortes desse grupo no ano de 2017,

ou os 486 assassinatos de travestis e transexuais entre 2008 e 2013. Dados que desenham uma sociedade patriarcal, machista e autoritária. Ao apresentar diferentes índices, a autora ressalta que “O empenho da sociedade civil, cidadã, é o único que pode ajudar a romper um ciclo que herdamos dos tempos coloniais, mas aprimoramos na contemporaneidade” (p. 197).

Como oitavo capítulo, é apresentado um diálogo sobre *Intolerância*. Onde mostra como a intolerância fragiliza um Estado democrático. Ressaltando o momento em que entramos em um projeto político que desvaloriza a luta de grupos excluídos fomentando o discurso de ódio e a desigualdade entre os indivíduos. Diante de uma crise política, moral, ética, econômica, social e cultural em que paramos, resta resistir e combater modelos políticos autoritários, lutando por um projeto político mais inclusivo e igualitário. A autora defende a ideia de que o investimento em uma formação educacional de qualidade pode animar um futuro em que os sujeitos sejam mais informados, leitores críticos e capazes de dialogar.

Para fechar a obra, Lilia Schwarcz apresenta o capítulo *Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente*, recapitulando o momento político em que vivemos, lembrando que as diferentes formas de violências que sofremos hoje foram herdadas de nosso passado.

Lilia Schwarcz comenta sobre pessoas e partidos que se consideram novos, mas vivem de política há muito tempo, apoiando-se em discurso moralista e em conceitos de “família, religião e nação” fomentando preconceitos, desigualdades e violências. Com essas considerações, Schwarcz, termina seu livro deixando um punhado de esperança para o leitor ao mencionar que “[...] toda crise é capaz de abrir uma fresta, pequena que seja de esperanças” (p. 237).

Uma obra de grande importância para o momento político que estamos passando. O texto foi construído de forma didática, resultando em uma acessível compreensão não só para o público acadêmico, mas para todos os públicos, possibilitando aos leitores a compreensão sobre as raízes históricas do autoritarismo brasileiro. Contribuindo ainda para construção de discursos pautados em conhecimentos factuais sobre a sociedade brasileira e suas dificuldades para consolidar bases democráticas.